

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissões

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PAUTA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - DIA 09/08/2023

REQUERIMENTO Nº 82/2023 - da Sra. Coronel Fernanda - que "requer realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para tratar acerca do AgroIndígena e sua importância para o desenvolvimento do Brasil através da agricultura familiar indígena".

REQUERIMENTO Nº 96/2023 - da Sra. Coronel Fernanda - que "requer realização de Audiência Pública para tratar acerca das estratégias do Governo Brasileiro para promover a imagem do agro brasileiro na COP 28 e o processo de regulamentação do Mercado de Carbono no setor agropecuário".

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

A Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais debate na terça-feira (8) o AgroIndígena e a sua importância para o desenvolvimento do Brasil. O debate foi solicitado pela deputada Silvia Waiãpi (PL-AP). Dia: 08/08/2023 às 15:00 - Convidados: ALBERTO BRAZÃO GOES, Representante do Agro Yanoma-

mi; ARNALDO ZUNIZAKAE, Presidente da Cooperativa Agropecuária dos povos indígenas Haliti, Nambikwara e Manoki (Coopihanama); IRAN XUKURU (Confirmado), Membro do Conselho indigenista para agricultura do povo Xukuru; LEOSMAR TERENA, Coordenador-geral de Promoção do Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas; LUANA KUMARUARA (Confirmada), Doutoranda em Sociologia Indígena e antropóloga pela Universidade Federal do Pará; LUCIENE KAYABI (Confirmada), Representante do AgroIndígena; LUIZ PAULO TEIXEIRA, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; MARCELO PEREIRA, Presidente do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima; PEDRO LUPION, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; SILVIA MARIA FONSECA SILVEIRA MASSRUHÁ, Presidenta Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Aprovado parecer do Projeto de Lei 2935/22

O parecer do Projeto de Lei 2935/22, de autoria da ex-deputada e atual presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana, foi aprovado Na quinta-feira (03), na Câmara dos Deputados, pela Comissão da Amazônia e dos Povos Indígenas e Tradicionais. Em trâmite desde 2022, o projeto prevê criar e regulamentar as categorias de professor(a), intérprete e tradutores de Língua Indígena. Presidida pela deputada Célia Xakriabá (MG), a Comissão da Amazônia e dos Povos Indígenas e Tradicionais aprovou o parecer a favor da relatora Helena Lima (RR) durante a sessão deliberativa. A aprovação representa um avanço político

no que diz respeito ao fortalecimento da língua e cultura indígena, além de valorizar e incentivar o trabalho de indígenas que atuam como professores, intérpretes e tradutores. Se sancionado, o PL 2935/22 resultará em

melhorias na disseminação de educação de qualidade nas comunidades e, principalmente, garantirá os seus direitos linguísticos como povos originários.

SENADO FEDERAL

Comissões

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE – CMA – Reunião dia 9 de agosto de 2023

PROJETO DE LEI Nº 494, DE 2022 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para instituir a reavaliação periódica de agrotóxicos, seus componentes e afins. Autoria: Senador Rogério Carvalho Relatoria: Senador Cid Gomes - Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

CPI DAS ONGS – Reunião: 8 de agosto de 2023
- Depoimento Convidado/Convocado: – Lorenzo Carrasco Requerimento: 10/2023 (Convite) - autor do livro máfia verde –

Plenário Senado Federal

Dia 09 de Agosto: Projeto de Lei nº 5.245 de 2020 – Autor Senador Fabiano Contarato

Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada. Parecer do relator Senador Rogério Carvalho, favorável ao projeto.

Repositório institucional da Fiocruz disponibiliza mais de 1.500 documentos sobre saúde indígena

São vídeos-aula, capítulos de livros, artigos, livros, teses, dissertações, dentre outros materiais sobre o tema, somando mais de 1.500 documentos disponíveis no Repositório Institucional Arca, da Fiocruz.

O material provém das 29 unidades técnico-científicas da Fiocruz, com suas 26 coleções e cerca de 50 mil objetos digitais disponíveis em todo o Repositório. Para Claudete Queiroz, coordenadora técnica do repositório institucional, com este acervo, o Arca “vem se firmando em um local importante para a preservação e disseminação do conhecimento indígena”.

Todo o material foi inserido pelos bibliotecários que atuam na Rede de Bibliotecas da Fiocruz e, em casos de dúvidas, os usuários têm a seu dispor o ‘Fale Conosco’ e o chatbot Wal.

STF tem 2 votos a favor de Mendonça participar do julgamento do marco temporal

Ministro questionou se poderia votar por ter atuado no processo como AGU; caso discute tese para demarcação de terras indígenas. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem dois votos favoráveis à participação do ministro André Mendonça no julgamento que discute a validade de um marco temporal para a demarcação em terras indígenas no país. Até agora, votaram o próprio Mendonça e o ministro Edson Fachin, relator do processo do marco temporal. A Corte analisa um questionamento levado ao plenário por André Mendonça. O magistrado apresentou uma questão de ordem para saber se a participação anterior no processo, antes de integrar a Corte, impede o ministro de debater e votar na fixação de uma tese geral sobre o tema, que vai além do caso concreto discutido. O questionamento foi levado a discussão porque Mendonça constatou que, como Advogado-Geral da União do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), assinou manifestações no processo. Isso está sendo discutido no plenário virtual do Supremo, de 4 a 14 de agosto. No formato, não há debate entre os ministros, que depositam seus votos em um sistema eletrônico. Ainda não há data marcada para continuidade do julgamento do mérito do marco temporal.

“Massacre do Abacaxis”: caso completa três anos e sociedade mobiliza debate em torno da falta de providências após indiciamento de acusados

A mobilização da sociedade civil pela apuração do caso que ficou conhecido como Massacre do Rio Abacaxis, trouxe para o debate público a cobrança sobre anda-

mento do procedimento de denúncia dos envolvidos, ante à constatação do inquérito da Polícia Federal (PF) da existência de provas e indícios do envolvimento de agentes públicos de segurança no crime.

A sucessão de acontecimentos que levou à execução de seis pessoas e deixou duas desaparecidas nas comunidades que vivem ao longo do rio Abacaxis e Mari-Mari, nos municípios de Nova Olinda do Norte e Borba (distante 135 km de Manaus), em agosto de 2020, deixa clara a violação de direitos humanos cometida por agentes a serviço do Estado.

No último dia 28 de abril, o ex-secretário de Segurança Pública do Amazonas, coronel Louismar Bonates, e o coronel da Polícia Militar Airton Norte, foram indiciados pela Polícia Federal. Ao todo, cerca de 130 policiais, entre civis e militares, suspeitos de participar das ações, são investigados. Até o momento, ninguém foi denunciado.

“A PF fez o indiciamento de duas pessoas, ou seja, existem provas e indícios para acusar. O MPF se encontra em demora para apresentar a acusação e houve troca de procurador do caso. Que se possa levar isso adiante”, afirmou Paulo Barausse, padre jesuíta e membro do coletivo que participou das escutas junto à comunidade, na época do massacre.

Comitê de Direitos Humanos espera do Brasil o fim do marco temporal e agilidade nos processos de demarcação

O Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), emitiu suas conclusões finais após a 3ª Revisão Periódica do Estado brasileiro, demonstrando sua preocupação com a tese do marco temporal e com o acúmulo de territórios indígenas

a serem demarcados pelo atual governo. Ao mesmo tempo, elogiou a criação do Ministério dos Povos Indígenas. O Comitê dedicou uma seção específica para destacar a problemática da demarcação e proteção de terras ocupadas por povos tradicionais no Brasil. Outras questões foram alvo de preocupação por parte do Comitê, como o fato de que a indigeneidade é fator central de discriminação no Brasil. O Comitê apontou o uso excessivo da força nos processos de despejo, sem garantias processuais e compensação e reassentamentos adequados, afetando particularmente povos indígenas e quilombolas.

O Brasil também foi instado a investigar as violações de direitos humanos metidas durante a ditadura militar contra povos indígenas, identificando os responsáveis pelas violações e os punindo. Sobre violência de gênero, o Comitê demonstrou sua preocupação com a falta de políticas com sensibilidade cultural, desenhadas para atender mulheres indígenas e de descendência africana. A revisão do Brasil destacou os altos índices de homicídios, violência, assédio, intimidação e criminalização de indígenas, defensores de direitos humanos e do meio ambiente. Em setembro de 2022, o Brasil entrou para a lista suja das represálias da ONU, pela invasão do domicílio da líder Alessandra Munduruku, após o seu retorno da COP-26 (Conferência das Partes), em Glasgow, onde ela denunciava várias violações em curso à época.

Relatório vê fragilidade do governo federal em seis meses de ações na Terra Yanomami

Um relatório que avalia os seis meses de ações do governo federal no atendimento a indígenas e retirada de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami indica

que o trabalho do governo federal tem avançado, mas ainda não é suficiente para garantir a segurança - inclusive de saúde, aos indígenas. O material foi divulgado na quarta-feira (2).

Intitulado “Yamaki ni ohotai xoa! - Nós estamos sofrendo ainda: um balanço dos primeiros meses da emergência”, o relatório de 43 páginas destaca que a “ausência de uma coordenação das ações do governo no território Yanomami” é um dos principais fatores que explicam muitos dos problemas, como o de comunidades ainda desassistidas de saúde e núcleos de garimpeiros que insistem em não deixar o território.

Desde que declarou situação de emergência para combater desassistência de indígenas Yanomami, em janeiro deste, o governo federal tem atuado em três frentes: a oferta de atendimento de saúde às comunidades no território, envio de alimentos às regiões impactadas pelo avanço do garimpo ilegal, e retirada dos invasores.

Mas, na avaliação das lideranças que integram as associações responsáveis pelo relatório - Hutukara Associação Yanomami (HAY), Associação Wanasseduume Ye'kwana (SEDUUME) e Urihi Associação Yanomami - seria necessário unir todos os problemas em um único cronograma que pudesse ter execução de maneira centralizada.

“Preciso que o nosso presidente do Brasil continue trabalhando, continue reforçando. Mas tem que acelerar mais para nós Yanomami. A maioria não quer que garimpeiro continue trabalhando. Não pode demorar muito, sair é urgente”, afirmou ao g1 o xamã e principal líder Yanomami, Davi Koppenawa.

DIÁLOGOS AMAZÔNICOS E CÚPULA DOS PRESIDENTES DOS PAÍSES DA BACIA AMAZÔNICA

De 4 a 6 aconteceu o encontro “Diálogos Amazônicos” que antecede a Cúpula dos Presidentes.

Caminhos da Cúpula dos Presidentes dos Países da Bacia Amazônica

Nos dias 4 a 6 de agosto, realizou-se nas Terras Tupinambás, Portal da Amazônia, Belém do Pará os Diálogos Amazônicos, iniciativas dos governos de escutar e dialogar com a sociedade civil e povos amazônicos sobre as temáticas e desafios da Amazônia em relação a cooperação internacional da Amazônia, com a participação de 20 mil pessoas inscritas e a participação de 35 mil pessoas durante os três dias de diálogos com 6 plenárias oficiais, 3 plenárias temas transversais e 405 atividades autogestionadas com diversas temáticas socioambientais e interreligiosas.

Nesses dias em Belém, vimos, sentimos, vivenciamos e firmamos um novo tempo para os povos e países da Pan Amazônia, tempos de valorização e reconhecimento que é possível a participação social nas discussões, aprofundamento e decisões relacionadas a temas que envolvem e necessitam cooperação amazônica (OTCA) para o cuidado com o bioma amazônico, como o pensar o futuro do desenvolvimento sustentável na Amazônia que parta dos saberes, culturas e caminhos ancestrais dos povos amazônicos. Não dá para falar e definir programa de cooperação da Amazônia, na Amazônia, para Amazônia sem escutar e dialogar com os amazônidas.

As plenárias e atividades autogestionadas destacaram as seguintes ideias chaves, por temas:

Vozes dos povos indígenas:

- “O marco temporal nega a presença dos indígenas nos territórios, e negando isso, nega sua contribuição, sua ciência e sabedoria. Nega a contribuição do indígena para o Planeta e tira a gente da história. Transforma o bandido em mocinho, reverte o tempo, apaga a memória e muda a história” (vozes na plenária dos povos indígenas);
- “Nós temos condições de propor modelos econômicos e políticos realmente sustentáveis; mas para que as teorias sejam efetivadas, precisamos falar de questões concretas: a demarcação plena e efetiva de todos nossos territórios! (Coordenador da federação autóctone da Guayana francesa);
- “Não queremos reproduzir as dores do passado. Nós, povos indígenas da Panamazônia, ficaremos de pé até o final. Se não houver real reconhecimento dos direitos indígenas, a fratura entre o mundo ocidental e o mundo autóctone também pode alcançar um ponto de não retorno, como a crise climática está alcançando;
- “A melhor forma de frear e solucionar a crise climática global, é dar ouvido aos povos indígenas. A ONU reconhece que os povos indígenas do mundo, mesmo representando apenas 5% da população mundial, preservam 80% da biodiversidade do Planeta. Isso decorre de nossa cosmovisão, que não enxerga só o que está ao alcance de nossa vida, mas que vê além. Sem nós, não haverá Amazônia. Ela é nosso corpo, seus rios correm em nossas veias” (Toya Manchineri - documento final da Coiab, Brasil).

Vozes das Afrodescendentes, Comunidades Tradicionais, Quilombolas:

- Regularização fundiária;
- Titularização dos territórios comunidade tradicionais e quilombolas;
- Protocolo de consulta livre previa e informada;
- Não exploração de minérios, petróleo e gás na Amazônia
- Maior espaço nos mecanismos participação social dos governos para que a população de afrodescendentes possa ser escutada e ter garantidos seus direitos;

Vozes das Mulheres:

- Garantir o direito à vida digna das mulheres indígenas, respeitando sua cultura e identidade ancestral;
- Punir e erradicar a violência contra os corpos de mulheres, meninas, culturas e visões de mundo;
- Garantir os direitos políticos e de cidadania e a proteção da vida das mulheres e consolidar as medidas de segurança para que as lideranças ameaçadas por protesta em defesa dos Direitos e diversidade de raça, gênero, etnia, geração, de identidade de gênero e orientação afetiva não sejam criminalizadas;
- Punição da violência contra os corpos e culturas das mulheres e dos responsáveis pelo deslocamento e desapropriação de terras na bacia amazônica;
- Apoiar o fortalecimento e articulação das redes de mulheres para que tenhamos voz para apresentar nossas demandas na cúpula de presidentes;
- Que na estrutura das novas tentativas de cooperação regional (Cúpula de Presidentes da Amazônia), bem como na OTCA e no Pacto Letícia, estejam definidos espaços para a participação

obrigatória da sociedade civil organizada na elaboração, implementação de políticas, programas e projetos, bem como para o exercício da fiscalização dessas iniciativas; garantir espaços específicos para mulheres na Amazônia;

- Que seja garantida a participação dos povos tradicionais e indígenas e da sociedade civil organizada, inclusive as organizações de mulheres, no conselho e na gestão dos fundos de financiamento ambiental da Amazônia, nos níveis nacional e regional;
- Que todos os projetos para a Amazônia constituam e cumpram os protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho; garantir que as mulheres sejam uma parte ativa na tomada de decisões;
- Que as políticas de integração regional sejam populares, respeitando e promovendo a autodeterminação dos povos amazônicos e com respeito às mulheres defensoras dos corpos, territórios e a sociobiodiversidade.

Relação sociedade civil e governos

- indispensável o princípio da transparência na comunicação do governo. A sociedade precisa conhecer integralmente os projetos que o governo está construindo ou quer negociar com os outros países (Isaque, camponês colombiano);
- frequentemente o Estado é utilizado para proteger a mineração e não as pessoas! No Peru, recentemente, o Estado assassinou pessoas para defender interesses extrativos. A convenção 169, de Consulta prévia, livre e informada, não é respeitada (Gaela, indígena transexual peruiana);
- o dever do Estado é garantir um tripé, interdepen-

dente: direitos humanos, economia e proteção do meio ambiente, de forma interconectada (ministro Silvio Almeida);

- também na OTCA o centro das ações e estratégias políticas dos governos devem ser os direitos humanos (ministro Silvio Almeida).

Organização social em resistência e defesa dos territórios

- Os povos são defensores ancestrais dos territórios; eles sabem ter soberania alimentar (Manuela, Equador e Anitália, Colômbia)
- as mulheres são as primeiras protetoras dos territórios (Manuela, Equador);
- há comunidades negras organizadas em conselhos comunitários populares (Isaque, camponês colombiano);
- o direito à saúde é fruto de uma luta coletiva. Para ter saúde precisa ter direito à terra, que é a primeira garantia para vencer a fome (Pablo Neri, MST, Brasil)
- não podemos permitir que nossa terra vire ração para animais no exterior! (Pablo Neri, MST, Brasil);
- a agroecologia preserva a biodiversidade do Planeta. Precisamos substituir rapidamente todos os processos produtivos baseados em petróleo. Resgatar bioinsumos e biofertilizantes, mudar o padrão produtivo do plástico a materiais biológicos e biodegradáveis (Maria Helena Smedo – FAO)

Violência do modelo do capital

- os projetos de “desenvolvimento” são implantados de fora para dentro, para responder aos problemas externos com nossos “recursos”, bens naturais internos. Precisamos redirecionar estes projetos para uma sustentabilidade que esteja fundada na igual-

dade (Ima Vieira – Museu Goeldi, REPAM);

- A situação do alto índice de violência, feminicídio mulheres e meninas, corpos e territórios impactados, são as maiores vítimas desse processo, assim como a população negra e a juventudes;
- o pensamento desenvolvimentista desestabilizou o Planeta. Chegamos a um nível insustentável de desequilíbrio. Não podemos mais adotar a mesma lógica! Precisamos de novas palavras, novos paradigmas, novas formas de governar. Precisamos desestabilizar esta lógica imposta e pôr novas bases para o futuro do Planeta. Mas não pode ser só questão semântica, adjetivando de “sustentável” nossas intenções, para manter na verdade tudo do mesmo jeito. Precisamos de conteúdo, de substância! (Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima – Brasil);
- As vantagens comparativas de nossos países, ricos de bens naturais, não podem se transformar em vantagens competitivas: o mundo não aguenta mais a competição! Nossas vantagens comparativas devem ser transformadas em distributivas, compreendendo-nos como um sistema vivo de países interconectados, que formam o mesmo Planeta! (Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima – Brasil);

Algumas propostas de ação

- 80% da floresta em pé até 2025 (proposta “80x25”, um clamor de todas as intervenções na plenária);
- para isso, precisa garantir novas Unidades de Conservação, alocar terras públicas para a proteção florestal, demarcar todas as terras indígenas, favorecer propostas de manejo de baixo impacto ambiental e a agroecologia e ir além do desmatamento zero, com o reflorestamento. O reflorestamento deve in-

corporar também a restauração biocultural e social dos povos e garantir que sejam eles próprios a administrá-la (Ima Vieira, Museu Goeldi – REPAM);

- o reconhecimento dos direitos ecossistêmicos da Amazônia;
- A Colômbia já tem uma decisão constitucional que reconhece os direitos da Amazônia, que deveria ser replicada nos outros países da bacia;
- Que, para futuras negociações, se siga o exemplo da Colômbia, que foi o único país a publicar a sua proposta para a declaração da Cimeira, OTCA Social: seja criado um organismo permanente dentro da OTCA que garanta a participação dos povos nas decisões dos governos sobre a Amazônia (“nada sobre nós sem nós”)
- Prevenção e combate à violência contra mulheres e meninas e maior participação das mulheres nos processos e mecanismos de participação social da OTCA e outros mecanismos dos governos nacionais da Pan Amazônia

Causas e lutas inspiradoras

- Sim a Yasuni, no referendo do 20 de agosto para deixar o petróleo debaixo da terra, na área protegida de Yasuni, no Equador;
- apoio aos povos indígenas e camponeses do Peru, ameaçados por ações repressivas e violentas do Estado;
- Prevenção e combate à violência contra mulheres e meninas, juventudes e negros, corpos e territórios impactados;

Mas o processo continua com a Assembleia do Povos da Terra pela Amazônia a se realizar com a marcha dos povos da Terra pela Amazônia, com o ato simbólico de entrega de carta declaração e a reunião da cúpula dos presidentes, finalizando a com a avaliação dos povos sobre a cúpula na tarde do dia 9 de agosto.